

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

Temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO, contendo a Execução Orçamentária; Análises das Receita e Despesas; Balanços Financeiro e Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; e, Demonstração da Dívida Pública, bem como considerações pessoais, da Administração Direta do Município de PASSO FUNDO, relativo ao exercício de 2017, acompanhado do presente Relatório, que visa à transparência da situação financeira municipal, na forma da Resolução TCE, número 962/2012 desse Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - ORÇAMENTO

A Lei de Meios do Poder Executivo Municipal, para o exercício de 2017, número 5.225 de 21 de dezembro de 2016, estimou a Receita em R\$ 508.009.900,00 (quinhentos e oito milhões nove mil e novecentos reais) e fixou a despesa em R\$ 430.513.282,00 (quatrocentos e trinta milhões, quinhentos e treze mil, duzentos e oitenta e dois reais). Entretanto, houve a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, vindo a alterar estas cifras, conforme demonstra o quadro a seguir:

DESPESAS FIXADA		R\$ 430.513.282,00
Créditos Suplementares	R\$ 72.556.316,00	
(-) Reduções	R\$ 52.851.327,00	
Créditos Especiais	R\$ 0,00	
(-) Reduções	R\$ 0,00	
SUB - TOTAL DE SUPLEMENTARES		R\$ 19.704.989,00
DESPESA AUTORIZADA		R\$ 450.218.271,00

1.2 - CRÉDITOS ADICIONAIS

Os créditos adicionais foram efetivados, de acordo com o Artigo 43 da Lei 4.320/64, tendo sido utilizados os seguintes recursos:

Anulações de Dotações	R\$ 52.851.327,00
Superávit Financeiro	R\$ 4.330.265,00
Excesso de Arrecadação	R\$ 8.658.781,00
Auxílios e Convênios	R\$ 6.715.943,00
Operações de Crédito	R\$ 0,00

1.3 – ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 453.414.062,93 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e quatorze mil, sessenta e dois reais e noventa e três centavos) e seu comportamento no exercício, se traduz no quadro a seguir:

Títulos	Previsão	Arrecadação	Diferença
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	R\$ 122.932.634,00	R\$ 123.807.761,01	R\$+ 875.127,01
Receita de Contribuições	R\$ 11.777.657,00	R\$ 10.487.186,79	R\$- 1.290.470,21
Receita Patrimonial	R\$ 6.860.123,00	R\$ 2.240.565,65	R\$- 4.619.557,35
Receita de Serviços	R\$ 165.600,00	R\$ 152.636,35	R\$- 12.963,65
Transferências Correntes	R\$ 377.632.310,00	R\$ 326.341.751,87	R\$- 51.290.558,13
Outras Receitas Correntes	R\$ 23.352.736,00	R\$ 18.099.751,04	R\$- 5.252.984,96
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	R\$ 15.000.000,00	R\$ 10.494.069,64	R\$- 4.505.930,36
Alienação de Bens	R\$ 325.000,00	R\$ 104.307,95	R\$- 220.692,05
Transferências de Capital	R\$ 0,00	R\$ 3.823.053,73	R\$+ 3.823.053,73
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 553.952,58	R\$+ 553.952,58
(-) Deduções da Receita	R\$ 50.036.160,00	R\$ 42.690.973,68	R\$+ 7.345.186,32
TOTAL RECEITA	R\$ 508.009.900,00	R\$ 453.414.062,93	R\$- 54.595.837,07

As Transferências Correntes e de Capital, da União e do Estado, de R\$ 330.164.805,60, e, as Receitas Próprias de R\$ 123.249.257,33, correspondem a 72,82% e 27,18%, respectivamente, do montante arrecadado, estando inclusas nestas últimas as Operações de Crédito e Alienação de Bens, representando 2,34%.

O comportamento da receita realizada nos dois últimos exercícios, considerando as receitas próprias e as transferências, teve a seguinte evolução:

Anos	Transferências	Próprias/Oper.Cred.	Totais	Crescim.
2016	R\$ 316.359.960,64	R\$ 119.497.202,76	R\$ 435.857.163,40	
2017	R\$ 330.164.805,60	R\$ 123.249.257,33	R\$ 453.414.062,93	4,03%

O crescimento da Receita de 2017 em relação a 2016, foi de 4,03%.

1.4 – ANÁLISE DA DESPESA

Títulos	Autorizada	Realizada	Diferença
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 220.557.434,00	R\$ 204.272.597,22	R\$ 16.284.836,78
Juros/Encargos Div. Interna	R\$ 4.048.000,00	R\$ 3.802.691,32	R\$ 245.308,68
Outras Despesas Correntes	R\$ 176.161.680,00	R\$ 150.561.186,11	R\$ 25.600.493,89
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	R\$ 41.020.965,00	R\$ 18.834.404,20	R\$ 22.186.560,80
Inversões Financeiras	R\$ 20.600,00	R\$ 0,00	R\$ 20.600,00
Amortização Dívida Interna	R\$ 3.313.500,00	R\$ 3.308.435,02	R\$ 5.064,98
Reserva de Contingência	R\$ 4.251.692,00	R\$ 0,00	R\$ 4.251.692,00
TOTAL DESPESA	R\$ 449.373.871,00	R\$ 380.779.313,87	R\$ 68.594.557,13

INTERFERÊNCIAS PASSIVAS

Transferências Financeiras **R\$ 70.965.701,93**

O comportamento da despesa realizada nos dois últimos exercícios, considerando-se as Despesas Correntes e as de Capital, apresentou a seguinte evolução:

Anos	Correntes	Capital	Totais	Redução
2016	R\$ 344.490.301,94	R\$ 40.049.791,10	R\$ 384.540.093,04	
2017	R\$ 358.636.474,65	R\$ 22.142.839,22	R\$ 380.779.313,87	0,98%

A Despesa em 2017, sofreu uma redução de 0,98% em relação a 2016.

Como podemos constatar pela evolução da Receita e Despesa, tivemos um crescimento de 4,03% na Receita total. Já na Despesa, houve uma redução de 0,98%, motivada pela desaceleração nos investimentos em infra-estrutura urbana, fruto de Operações de Crédito, mantendo, no entanto, os dispêndios em Educação e Saúde, bem como a folha de pagamento do pessoal, rigorosamente em dia.

1.5 – CONFRONTO DA DESPESA E DA RECEITA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA REALIZADA		R\$ 380.779.313,87
Créditos Ordinários	R\$ 449.373.871,00	
Créditos Especiais	R\$ 0,00	
DESPESA AUTORIZADA		R\$ 449.373.871,00
Despesa a Menor	R\$ 68.594.557,13	
RECEITA PREVISTA		R\$ 508.009.900,00
(-) Receita Arrecadada		R\$ 453.414.062,93
Receita a Menor	R\$ 54.595.837,07	

2 - GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

2.1 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, representa a peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, de um período, uma vez que conjuga as operações de Receita e Despesa orçamentárias, além daquelas, que por sua natureza, não dependem da autorização da Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no final do exercício.

As operações financeiras se processaram conforme demonstrado a seguir:

SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		R\$ 24.794.329,23
RECEITA REALIZADA:		
ORÇAMENTÁRIA		R\$ 453.414.062,93
EXTRA ORÇAMENTÁRIA		
Recebimento de Créditos	R\$ 37.033.754,18	
Formação de Dívidas	R\$ 62.016.097,14	R\$ 99.049.851,32
TOTAIS		R\$ 577.258.243,48
DESPESA REALIZADA:		
ORÇAMENTÁRIA		
Empenhada e Paga	R\$ 343.745.559,69	
Empenhada e Liquidada a Pagar	R\$ 20.512.555,59	
Empenhada Não Liquidada a Pagar	R\$ 16.521.198,59	
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	R\$ 70.965.701,93	
(Restituído p/Câmara Custos Thema)	(R\$ 67.862,50)	R\$ 451.677.153,30
EXTRA ORÇAMENTÁRIA		
Formação de Créditos	R\$ 40.208.962,09	
Pagamento de Dívidas	R\$ 58.804.028,73	R\$ 99.012.990,82
TOTAIS		R\$ 550.690.144,12
SALDO EM 31/12/2017		R\$ 26.568.099,36

O saldo acima confere com o constante do **ATIVO DISPONÍVEL** do Balanço Patrimonial.

2.2 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa, qualitativa e quantitativamente, o Patrimônio Municipal, e demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações, considerando a origem e aplicação dos recursos.

ATIVO CIRCULANTE

Disponível (Incluso Dep Restituíveis/Vlrs Vincul)	R\$ 26.568.099,36	
Realizável	R\$ 50.466.072,61	R\$ 77.034.171,97

PASSIVO CIRCULANTE

Restos a Pagar de 2017	R\$ 20.512.555,59	
Restos a Pagar de anos anteriores	R\$ 2.011.760,03	
Depósitos	R\$ 87.165.477,06	R\$ 109.689.792,68

DÉFICIT FINANCEIRO

R\$ 32.655.620,71

Por seu turno, a representação do Patrimônio, resume-se em:

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo	R\$ 80.870.734,84	
Bens Móveis e Imóveis	R\$ 223.509.724,13	
Bens Intangíveis	R\$ 368.522,28	
Valores em Ações	R\$ 748.488,17	R\$ 305.497.469,42

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Dívida Fundada Interna—Contratos/Parcelamentos	R\$ 107.927.951,74	R\$ 107.927.951,74
ATIVO PERMANENTE LÍQUIDO		R\$ 197.569.517,68

Os valores resultantes do Déficit Financeiro, deduzidos do Ativo Permanente Líquido, conduzem ao **PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUNICIPAL de R\$ 164.913.896,97.**

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo Patrimônio Municipal, se configuram na Demonstração das Variações Patrimoniais, e, analisadas podem ser assim traduzidas:

VARIAÇÕES DE ORIGEM ORÇAMENTÁRIA

Receita arrecadada considerada		R\$ 434.837.762,19
Despesa efetivamente paga	R\$ 343.745.559,69	
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 70.965.701,93	R\$ 414.711.261,62
SUPERÁVIT DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA		R\$ 20.126.500,57

VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Variações Ativas	R\$ 4.169.886,48
Variações Passivas	R\$ 36.530.336,56

DÉFICIT INDEPENDENTE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 32.360.450,08
DÉFICIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	R\$ 12.233.949,51

2.4 – DÍVIDA PÚBLICA

a) DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada, que congrega os compromissos de exigibilidade superiores a 12 meses, contratada para suprir desequilíbrios orçamentários e financeiros, de obras e/ou serviços públicos, montou R\$ 107.927.951,74, previamente autorizada em Leis e nos termos dispostos na Lei 4.320/64, sendo que este saldo apresentou a seguinte movimentação.

Saldo do exercício anterior		R\$ 64.681.515,18
Nova formação de dívida e correção monetária	R\$ 52.581.612,05	
Amortização verificada no exercício	R\$ 9.335.175,49	
Saldo para o exercício seguinte		R\$ 107.927.951,74

b) DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 73.463.021,65, foi movimentada no exercício, conforme demonstramos a seguir:

Saldo do Exercício Anterior		R\$ 73.463.021,65
Nova formação de dívida	R\$ 552.750.605,14	
Pagamentos verificados no exercício	R\$ 516.523.834,11	
Saldo para o exercício seguinte		R\$ 109.689.792,68

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente Relatório, procuramos considerar e ressaltar os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial gerados em função da movimentação realizada no exercício de 2017, primeiro ano do segundo mandato desta administração.

Para nos adequar à queda de Receitas que continuava a se verificar, em especial nas Transferências, Federal e Estadual, determinamos uma contenção de gastos, principalmente em despesas de custeio.

Através de reuniões com nossos servidores públicos, responsáveis pela arrecadação, procuramos dar continuidade à otimização da arrecadação de receitas próprias, em contraponto à perda de receitas, tanto na esfera Federal, quanto na Estadual, onde tivemos uma arrecadação frustrada, não repondo nem a

inflação, no comparativo com o ano anterior, bem como nas transferências voluntárias, especialmente destinadas às áreas da Saúde, Educação e Assistência Social.

Com muito esforço, economia e criatividade, logramos atingir nossos objetivos, embora as dificuldades encontradas, pois com uma arrecadação de R\$ 453.414.062,93, muito abaixo do previsto, mantivemos nossas despesas em R\$ 380.779.313,87.

Além do valor da despesas acima, efetuamos transferências de R\$ 15.041.087,85, visando a manutenção do Poder Legislativo Municipal; R\$ 46.239.455,00 ao IPPASSO – Instituto de Previdência Social do Servidores Municipais de Passo Fundo, para pagamento de Inativos e Pensionistas de responsabilidade Municipal; R\$ 9.032.526,36, para manutenção e funcionamento do Hospital Beneficente Dr. Cesar Santos, Autarquia Municipal; e, R\$ 652.632,72, para manutenção da Fundação Passo Fundo de Turismo – Passotur; totalizando R\$ 70.965.701,93 (setenta milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e um reais e noventa e três centavos).

No entanto, houve a necessidade de “cortar na própria carne”, tomamos então a decisão de reduzir drasticamente nos investimentos e Infra Estrutura Urbana, não deixando, no entanto, de priorizar os investimentos em Educação e Saúde, e, não descuidando do pagamento aos nossos servidores e fornecedores.

Pelo exposto, já com certa experiência adquirida durante a primeira gestão, porém enfrentando o que consideramos a maior crise por que passa nosso Brasil, e, em consequência seus Estados, mas, especialmente os Municípios, nos quais a população reside, conhece o prefeito, e a ele, diretamente efetua suas reivindicações, consideramos ter realizado uma administração muito consciente, enfrentando as dificuldades inerentes a uma realidade de perdas na arrecadação, especialmente de transferências, tanto federais, quanto estaduais, como citado anteriormente, já pelo terceiro ano consecutivo, acreditamos não termos infringido nenhum limite legal, além de cumprir os princípios da transparência, economicidade, publicidade, legalidade e impessoalidade no trato dos recursos públicos, para que a administração de PASSO FUNDO, realmente esteja cuidando da cidade, e, consequentemente de seus cidadãos, proporcionando-lhes uma vida de melhor qualidade.

Desejamos nos colocar ao inteiro dispor desse Egrégio Tribunal de Contas, para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Passo Fundo, 29 de dezembro de 2017

LUCIANO PALMA DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Apresentamos o Relatório da Secretaria Municipal da Saúde, no tocante às Receitas e Despesas Municipais vinculadas à Emenda Constitucional nº. 29 de 13 de setembro de 2000, que trata dos Recursos Mínimos para o financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

A emenda acima citada, fixou a partir de 2004, a aplicação pelos municípios, de no mínimo 15% das receitas provenientes de Impostos Municipais e Transferências da União e do Estado em Ações e Serviços Públicos de Saúde.

A arrecadação do Município de Passo Fundo, no exercício de 2017, se comportou da seguinte forma:

BASE DE CÁLCULO

RECEITAS PRÓPRIAS	ARRECADADAS	15 %
I.P.T.U.	R\$ 38.798.469,20	R\$ 5.819.770,38
I.R.R.F.	R\$ 19.576.050,31	R\$ 2.936.407,55
I.T.B.I.	R\$ 14.954.962,48	R\$ 2.243.244,37
I.S.S.	R\$ 43.922.450,82	R\$ 6.588.367,62
Dívida Ativa de Impostos	R\$ 12.508.511,56	R\$ 1.876.276,73
Multas e Juros de Impostos	R\$ 1.718.983,96	R\$ 257.847,59
F.P.M.	R\$ 66.492.773,98	R\$ 9.973.916,10
I.T.R.	R\$ 875.149,34	R\$ 131.272,40
L.C 87/96 (Lei Kandir)	R\$ 740.283,60	R\$ 111.042,54
I.C.M.S.	R\$ 119.550.851,32	R\$ 17.932.627,70
I.P.V.A	R\$ 28.643.427,99	R\$ 4.296.514,20
I.P.I. Exportação	R\$ 1.806.180,40	R\$ 270.927,06
TOTAL GERAL	R\$ 349.588.094,96	R\$ 52.438.214,24

ANÁLISE DA RECEITA

Por seu turno, as transferências voluntárias recebidas no ano de 2017, pelo Poder Executivo Municipal, para serem aplicadas em saúde, através dos convênios com a União e o Estado, foram as seguintes:

FINALIDADE	VALOR
PAB - Piso de Atenção Básica Fixo	R\$ 4.649.933,28
PAB - Piso de Atenção Básica Variável	R\$ 3.768.586,10
SIA/SUS	R\$ 185.009,79
Teto Municipal Alta/Média Complexidade Ambulatorial/Hospitalar	R\$ 3.455.699,74
Serviço de Atendimento Móvel às Urgências – SAMU	R\$ 157.500,00

Secretaria do Gabinete - Gabinete

Programa de Melhoria e Acesso à Qualidade – PMAQ	R\$	392.700,00
Inclusão no Programa Nacional HIV e DST	R\$	254.916,42
Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição - FAN	R\$	20.000,00
Farmácia Popular/FARPOP	R\$	112.500,00
Programa Qualificação Ações Vigilância em Saúde – PQVS	R\$	61.805,92
Construção UBS São Luiz Gonzaga	R\$	244.800,00
Programa Requalificação ESF Adolfo Groth	R\$	244.800,00
Programa Requalificação ESF Donária	R\$	244.800,00
Aquisição de Equipamento/Mat. Permanente ESF Zachia	R\$	126.640,00
Ampliação Ambulatório Santo Antonio Capinzal	R\$	28.320,00
Ampliação Ambulatório Nossa Senhora Aparecida	R\$	11.010,00
Programa Financiamento em Ações de Alimentação e Nutrição (VAN)	R\$	45.000,00
Reforma e Ampliação Hospital Beneficente Dr. Cesar Santos	R\$	299.752,00
Implantação Centro de Especialidades Odontológicas	R\$	75.000,00
Incentivo Estadual ao Programa Salvar – SAMU	R\$	102.320,90
Programa Farmácia Básica	R\$	1.612.993,36
Fundo PIES Tele-Espirometria	R\$	6.991,52
Incentivo Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena	R\$	16.000,00
Prevenção de Dengue no Verão	R\$	163.510,86
Programa PACS – Agentes de Saúde	R\$	75.036,00
Incentivo PSF	R\$	556.000,00
Fundo PIES Rede Cegonha/PIM	R\$	31.500,00
Incentivo à Atenção Básica – PIES	R\$	1.078.538,96
Programa Nota Fiscal Gaúcha	R\$	40.737,08
TOTAL GERAL	R\$	18.062.401,93

Pelo exposto acima, entre recursos provenientes de Impostos Municipais, Transferências da União e do Estado, constitucionais e voluntárias, para serem aplicados em Ações e Serviços Públicos de saúde, chegamos aos seguintes valores:

Proveniente de Impostos e Transferências Constitucionais	R\$	52.438.214,24
Proveniente de Convênios com a União e o Estado	R\$	18.062.401,93
Juros Sobre Aplicações Financeiras	R\$	14.439,61
TOTAL DA RECEITA DESTINADA À SAÚDE EM 2017	R\$	70.515.055,78

ANÁLISE DA DESPESA

No quadro a seguir, demonstramos as despesas realizadas (liquidadas), pela Secretaria Municipal da Saúde e pelo Hospital Municipal Beneficente Dr. Cesar Santos, com recursos provenientes exclusivamente dos Impostos Municipais e Transferências Constitucionais e Voluntárias da União e do Estado, bem como dos recursos provenientes de Aplicações Financeiras:

GABINETE/DIVISÕES	A. S. P. S.	CONVÊNIOS	TOTAL
Administração Direta	R\$ 57.258.183,38	R\$ 14.891.379,48	R\$ 72.149.562,86
Hospital Municipal	R\$ 7.210.941,67	R\$ 4.902.380,79	R\$ 12.113.322,46
TOTAL LIQUIDADO	R\$ 64.469.125,05	R\$ 19.793.760,27	R\$ 84.262.885,32

Pelos demonstrativos acima, podemos constatar a aplicação de 18,44% sobre as Receitas Municipais e as Transferências Constitucionais da União e do Estado, pois como demonstrado no quadro de Receitas, a aplicação mínima teria que ter sido de R\$ 52.438.214,24 e foi aplicado entre a administração direta e o Hospital Municipal Cesar Santos R\$ 64.469.125,05, ou seja R\$ 12.030.910,81 acima do mínimo de 15% estipulado pela Emenda Constitucional nº. 29, restando plenamente atendido o disposto na referida Emenda.

Passo Fundo, 29 de dezembro de 2017.

LUCIANO PALMA DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Apresentamos o relatório físico-financeiro da Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo, cujo titular foi o senhor Edmilson Jorge R. Brandão, sobre os projetos e as atividades realizadas, relativas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Educação Infantil, com a elucidação dos projetos e atividades previstos e aqueles efetivamente executados, no exercício de 2017.

1. EXECUÇÃO DA RECEITA

1.2 – Receita Orçamentária (Constitucional e Legal)

Durante o exercício de 2017, o comportamento da receita proveniente da arrecadação de Impostos, Transferências Constitucionais, e, Dívida Ativa proveniente de Impostos, foi o seguinte:

RECEITAS PRÓPRIAS	ARRECADADAS	35 %
I.P.T.U.	R\$ 38.798.469,20	R\$ 13.579.464,22
I.R.R.F.	R\$ 19.576.050,31	R\$ 6.851.617,61
I.T.B.I.	R\$ 14.954.962,48	R\$ 5.234.236,87
I.S.S.	R\$ 43.922.450,82	R\$ 15.372.857,79
Dívida Ativa de Impostos	R\$ 12.508.511,56	R\$ 4.377.979,04
Multas e Juros de Impostos	R\$ 1.718.983,96	R\$ 601.644,39
F.P.M.	R\$ 66.492.773,98	R\$ 23.272.470,89
I.T.R.	R\$ 875.149,34	R\$ 306.302,27
L.C 87/96 (Lei Kandir)	R\$ 740.283,60	R\$ 259.099,26
I.C.M.S.	R\$ 119.550.851,32	R\$ 41.842.797,96
I.P.V.A	R\$ 28.643.427,99	R\$ 10.025.199,80
I.P.I. Exportação	R\$ 1.806.180,40	R\$ 632.163,14
TOTAL GERAL	R\$ 349.588.094,96	R\$ 122.355.833,24

Como constatamos que a arrecadação não atingiria o projetado, em função do país não estar atingindo o PIB projetado, pelo contrário, estando o mesmo em retração, continuamos contingenciando as despesas em outras áreas, priorizando o investimento em educação.

1.3 – Receita Orçamentária (Transferências Voluntárias)

Cabe ressaltar a arrecadação realizada pelo Município, através das Transferências Voluntárias, dos governos Federal e Estadual, como Convênios, Auxílios e Emendas, etc., conforme segue:

FINALIDADE	VALOR
Salário Educação	R\$ 5.367.199,53
FNDE - Dinheiro Direto na Escola	R\$ 711.629,00
FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	R\$ 1.727.584,00
FNDE – Transferências Diretas Referente ao Transporte Escolar	R\$ 60.736,48
FMAS – Programa Primeira Infância no SUAS	R\$ 198.800,00
Programa Transporte Escolar Estadual	R\$ 485.190,44
Recursos Para Mobiliário e Equipamento EMEI Parque do Sol	R\$ 131.140,59
Construção quadra coberta EMEF Antonino Xavier	R\$ 188.699,99
Pró-Infância – Construção EMEI Santa Maria	R\$ 227.386,56
Programa de Implantação de Estruturas Esportivas Escolares	R\$ 771.704,69
TOTAL	R\$ 9.870.071,28

Com base no acima exposto, concluímos que o total efetivo de recursos auferidos, colocados à disposição das atividades referentes à educação foi de:

Proveniente da arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa	R\$ 122.355.833,24
Proveniente de Convênios, Auxílios e Emendas	R\$ 9.870.071,28
Juros de Aplicações dos recursos acima	R\$ 141.235,24
TOTAL DA RECEITA DESTINADA À EDUCAÇÃO	R\$ 132.367.139,76

2. EXECUÇÃO DA DESPESA

2.1 – Previsão

A execução das diversas atividades e projetos com a Educação, serão a seguir relacionados e discriminados como computáveis, para o cálculo dos 35%, (Despesa Liquidada).

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA

Despesas p/Funções e Sub Funções	Computáveis
M. D. E.	FUNDEB
Administração Geral	815.676,56
Previdência Básica – INSS	302.063,16
Previdência Regime Próprio – RPPS	5.946.996,66
Proteção e Benefício do Trabalhador	9.500.214,15
Manutenção do Ensino Fundamental	38.636.823,18
Manutenção Ensino Profissionalizante	0,00
Manutenção da Educação Infantil	14.388.869,64
Manutenção Educação Jovens/Adultos	0,00
Manutenção do Ensino Especial	0,00
Aporte Financeiro ao IPPASSO	0,00
(-) Desp. Liq. c/Recursos FUNDEB	(24.873.025,05)
(-) Desp. Liq. c/Rend MDE/FUNDEB	(135.979,42)
TOTAL	44.581.638,88
78.470.229,52	

Fonte: PAD/TCE

CONCLUSÃO

A receita obtida através da arrecadação de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, que formam a base para a aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Infantil, no ano de 2017, atingiu a importância de R\$ 349.588.094,96.

Através dos dados extraídos dos demonstrativos contábeis municipais, nos valores computáveis, chegamos ao montante de R\$ 123.051.868,40, o que representa 35,20% de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Cabe-nos salientar que, com a edição da Emenda à Lei Orgânica nº 029/2010 de 28 de julho de 2010, houve a inclusão no limite dos 35% de que trata o art. 215 da mesma: ***“as despesas na educação de jovens e adultos, no ensino superior e no ensino profissionalizante, bem como na merenda escolar da educação infantil e do ensino fundamental”***.

Além do citado, demos continuidade ao programa de fornecimento de uniformes escolares para os alunos da rede municipal, composto de 2 kits, para inverno e verão, e, o valor dispendido no ano em análise, alcançou a cifra de R\$ 1.120.370,83.

Passo Fundo, 29 de dezembro de 2017.

LUCIANO PALMA DE AZEVEDO
Prefeito Municipal